

ALADI/CR/Ata 760
7 de fevereiro de 2001

ATA DA 760ª SESSÃO DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 - Incorporação ao Comitê de Representantes da Excelentíssima Senhora Embaixadora Hou Shuzhen, Representante da República Popular da China como Observadora.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Consideração das atas correspondentes às 754ª, 755ª, 756ª, 757ª, 758ª e 759ª sessões.
 4. Apresentação do documento "O comércio intra-industrial no intercâmbio regional" (ALADI/SEC/Estudo 130).
 5. Apresentação do documento "Análise e recomendações sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI" elaborado pelo Consultor Ricardo Pascale (ALADI/SEC/di 1412).
 6. Assuntos diversos.
-

Preside:

CARLOS HIGUERAS RAMOS

Assistem: Carlos Onis Vigil e Rubén Javier Ruffi (Argentina), Willy Vargas Vacaflor e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Alfonso José Sena Cardoso, Eduardo Paes Sabóia, Paulo Roberto Ribeiro Guimarães e João Mendes Pereira (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda e Axel Cabrera Chile), Arturo Sarabia Better e Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), Julio Prado Espinosa (Equador), José Luis Solís González, Julio Lampell Adler, Arturo Juárez Juárez e Juan Antonio Nevárez (México), Ruben Ramírez Lezcano, Gloria Irma Amarilla Acosta e Astrid Beatriz Salum Pires (Paraguai), Carlos Higuera Ramos, Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), José Roberto Muínelo (Uruguai), Rodrigo Arcaya Smith e Carlos Longa González (Venezuela), Hou Shuzhen (República Popular da China) e Arnaldo Chibbaro (IICA).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretário-Geral Adjunto: Leonardo F. Mejía.

PRESIDENTE. Está aberta a 760ª sessão do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Ponho à consideração dos senhores a aprovação da ordem do dia. Não havendo observações, APROVA-SE.

- Incorporação ao Comitê de Representantes da Excelentíssima Senhora Embaixadora Hou Shuzhen, Representante da República Popular da China como Observadora.

Ao dar-lhe nossas boas-vindas, o Presidente desejaria manifestar que é muito grato para este Comitê receber a Excelentíssima Senhora Hou Shuzhen, Embaixadora da República Popular da China, que se apresenta como Representante Observadora de seu país junto à Associação.

A Embaixadora Hou Shuzhen é uma distinta diplomata que tem servido seu país em diferentes cargos de grande importância. Traz consigo a experiência de seus anos diplomáticos, que certamente receberemos neste foro e que incrementará a longa amizade desta Associação e de seus países-membros com a República Popular da China, país que todos os dias nos demonstra sua firme vontade de ingressar na economia e no comércio mundial. É tradicional que o Presidente do Comitê diga que as portas desta Casa da Integração estão abertas, e o mesmo digo para Vossa Excelência, pois a recebemos hoje como colega de trabalho visando os objetivos integracionistas de nossa Associação. Desejamo-lhe, Embaixadora, êxitos em suas funções de Observadora de seu país no Comitê de Representantes da ALADI e contamos tê-la aqui permanentemente acompanhando e apoiando nossos trabalhos.

Seja bem-vinda, distinta Embaixadora. Muito obrigado. Ofereço a palavra ao Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Em nome da Secretaria-Geral e no meu próprio quero somar-me às palavras sobre a Embaixadora Hou Shuzhen, que assume hoje como Observadora no Comitê de Representantes. Desejaria destacar, Senhor Presidente, a valiosa colaboração que permanentemente tem dado o Governo da República Popular da China aos trabalhos desta Secretaria-Geral, através do Acordo de Cooperação que temos com esse Governo, no momento em que decidiu sua participação como País Observador. Nesse sentido, a Secretaria está muito agradecida. Esperamos que essa cooperação se estenda ao longo de sua permanência nesta Casa da Integração latino-americana.

Quero também, Senhor Presidente, desejar à Embaixadora Hou Shuzhen êxitos em sua gestão aqui em Montevideu e em seu papel como Observadora e dizer-lhe que estamos a sua inteira disposição para qualquer colaboração que possamos dar em forma conjunta, em benefício de todo o processo de integração. Seja bem-vinda, Embaixadora. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Ofereço a palavra à Excelentíssima Senhora Embaixadora Hou Shuzhen.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (Hou Shuzhen). Senhor Presidente do Comitê de Representantes, Senhor Secretário-Geral, Senhores Embaixadores, senhoras e senhores, em 24 de outubro do ano passado tive a honra de entregar ao Senhor Presidente do Comitê de Representantes e ao Senhor Secretário-Geral as Cartas credenciais que me acreditam como Observadora do Governo da China junto à Associação Latino-Americana de Integração. Hoje apraz-me participar, pela primeira vez, desta sessão ordinária do Comitê como nova representante do povo Chinês. Em primeiro lugar, quero expressar a todos os amigos aqui presentes minha mais alta e distinta consideração, bem como meu sincero agradecimento pela oportunidade que me dão para fazer uso da palavra sobre a política da China para com a América Latina e especialmente para com a ALADI.

Em agosto do ano passado a ALADI celebrou o vigésimo aniversário de sua fundação. Nos 20 anos transcorridos a ALADI desempenhou um papel importante e positivo para promover o processo de integração da América Latina. No âmbito da ALADI foram concluídos numerosos acordos de livre comércio, tanto bilaterais como multilaterais, que constituem passos firmes para a integração regional, e isso não apenas favorece a elevação da competitividade econômico-comercial de seus membros em um mundo de globalização, mas também constitui um excelente exemplo na cooperação Sul-Sul. O Governo chinês aprecia muito os êxitos conquistados pela integração latino-americana.

Sendo também país em via de desenvolvimento, a China e a América Latina enfrentam as mesmas tarefas de construir seus próprios países, e compartilham pontos de vista similares sobre o estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial mais justa e razoável que possa refletir suficientemente os interesses dos países em via de desenvolvimento. A grande complementação econômica que existe entre nós e o vigoroso desenvolvimento econômico alcançado por ambas as partes nas últimas décadas constitui uma sólida base para uma cooperação em benefício recíproco no novo século. A China mantém excelentes relações políticas com os países-membros da ALADI, as quais permitiram que o intercâmbio econômico se

desenvolvesse dinamicamente nos últimos anos. Apenas nos primeiros 11 meses do ano passado o volume de comércio entre a China e a América Latina chegou a 11.592 bilhões de dólares americanos, 54,9% mais em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O Governo chinês dá muita importância a suas relações de cooperação amistosa com a ALADI. A China não apenas foi o primeiro país Observador da ALADI, proveniente da Ásia no ano 1994, senão também estabeleceu sucessivamente os mecanismos de diálogo com os blocos sub-regionais latino-americanos como o MERCOSUL e a Comunidade Andina, etc. O Governo chinês está disposto a fazer esforços junto com todos os países-membros da ALADI para que os vínculos de cooperação amistosa entre a China e a América Latina alcancem um novo nível no novo milênio.

Por último, quero manifestar que durante o período em que desempenharei esta tão honrosa missão como Observadora farei todos meus esforços pelo contínuo desenvolvimento da cooperação entre a China e a ALADI, em procura dos interesses comuns de nossos povos. Muito obrigada.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhora Embaixadora, por suas conceituosas palavras que, ditas em muito bom castelhano, tornam-se mais contundentes e claras, em especial as enormes cifras estatísticas que nos mencionou. Desde agora a convidamos para ocupar seu lugar de Observadora. Novamente, muito obrigado.

2. Assuntos em pauta.

PRESIDENTE. Prosseguimos nossa sessão. De acordo com a agenda, oferecerei a palavra ao Senhor Secretário-Geral para que nos informe sobre os assuntos em pauta.

1. Representação Permanente do México. Nota Nº URUOO151, de 2.II.2001.

Comunica o término de missão do Senhor Embaixador Gustavo Iruegas Evaristo, como Representante Permanente do México. Informa também que até a chegada de seu sucessor ficará à frente da Representação o Senhor Ministro José Luis Solís.

2. As normas da OMC e sua incidência no processo de integração regional (ALADI/SEC/Estudo 131).

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Os assuntos em pauta encontram-se no documento em poder de cada uma das Representações.

Gostaríamos de destacar, em primeiro lugar, o documento assinalado como Estudo 131, denominado "As Normas da OMC e sua incidência no processo de integração regional", que já foi distribuído. Este documento foi feito em cumprimento do programa de trabalho de 2000 e será submetido à consideração do Comitê no momento oportuno.

Publicado o documento dos assuntos em pauta, foi recebida a Nota Nº 08/01, Representação Permanente de Cuba, de 1º de fevereiro de 2001, informando a decisão do Governo de seu país de aderir ao Acordo-Quadro para a promoção do comércio mediante a superação dos obstáculos técnicos ao comércio.

A Secretaria convocará todos os países signatários e o país aderente a este acordo, ou seja, todos os demais países-membros com o propósito de dar cumprimento ao disposto no Artigo 28 do Acordo- Quadro para a promoção do comércio, no qual se assinala textualmente: "a adesão será formalizada uma vez negociados os termos da mesma entre os países signatários e o país aderente, mediante a assinatura de um protocolo adicional ao presente acordo, o qual entrará em vigor 30 dias depois de seu depósito na Secretaria-Geral da ALADI". Por conseguinte, haverá que convocar todos os países signatários deste acordo com o propósito de negociar a adesão de Cuba ao mesmo. Isso é tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

3. Consideração das atas correspondentes às 754ª, 755ª, 756ª, 757ª, 758ª e 759ª sessões.

PRESIDENTE. Coloco à consideração dos senhores seis atas das sessões anteriores. Citaremos uma por uma para que sejam aprovadas ou observadas, se for necessário.

Ponho à consideração dos senhores a ata da 754ª sessão do Comitê de Representantes. Não havendo observações, APROVA-SE. Fica também APROVADA a ata da 755ª sessão. Quanto à ata 756ª a Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Entreguei à funcionária encarregada umas pequenas observações para a ata da 756ª sessão.

PRESIDENTE. Consideraremos suas observações. Com o papel apresentado pelo Embaixador da Colômbia, APROVA-SE a ata da 756ª sessão. A ata 757ª sessão, na qual assumiu o Embaixador Arcaya, fica APROVADA. A ata da 758ª sessão, de 30 de janeiro. Ofereço a palavra ao Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Julio Prado Espinosa). Obrigado, Senhor Presidente. No primeiro parágrafo da página quatro se faz menção às contribuições do Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, México e Uruguai. A ALADI sempre nos está informando adequadamente, mas gostaria de ver a contribuição que fez cada país. Somente nos informaram os nomes, não a quantia da contribuição. Se foi por algum motivo, não tenho nenhum problema em que seja assim; do contrário, gostaria de saber.

PRESIDENTE. Creio que a Secretaria-Geral não terá nenhum inconveniente em especificar as quantias, e acho que é muito válida sua preocupação. Não havendo outra observação, APROVA-SE a ata da 758ª sessão. APROVA-SE também a ata da 759ª sessão do Comitê de Representantes.

4. Apresentação do documento "O comércio intra-industrial no intercâmbio regional" (ALADI/SEC/Estudo 130).

PRESIDENTE. O próximo ponto de nossa agenda é a apresentação do documento "O comércio intra-industrial no intercâmbio regional" (ALADI/SEC/Estudo 130). Ofereço a palavra à Secretaria-Geral para sua apresentação.

SECRETÁRIO-GERAL. O Senhor Fabio Villalobos fará a apresentação.

SECRETARIA-GERAL (Fabio Villalobos). Muito obrigado, Senhor Presidente. Apresentarei o documento "O comércio intra-industrial no intercâmbio regional" muito rapidamente e depois, provavelmente, poderemos fazer alguns comentários, já que o documento está em poder dos senhores.

Em primeiro lugar, além disto está no programa de trabalho, é importante destacar que as novas tendências do comércio internacional, surgidas nos países industrializados a partir dos anos 60, registraram um crescente comércio intra-industrial, ou seja, um comércio de bens similares entre os países. Isto deu lugar a toda uma conceitualização teórica que busca explicar quais são os componentes deste crescente comércio intra-industrial. Na região, como não podia ser de outra forma, surgiu também o comércio intra-industrial como uma tendência crescente e estável; assim temos, nas cifras que os senhores podem ver no Quadro Nº 1 da página 13, que desde os anos 80 a 90 a proporção de comércio industrial passa de aproximadamente 8% para 26% no ano 98, último ano de que temos informação. Isso já é um elemento importante.

Um segundo elemento importante a considerar é que dentro das determinantes que foram destacadas para a explicação deste crescente comércio intra-industrial, há três fatores, e alguns deles têm muito a ver com o nosso trabalho, que é a integração. Um primeiro fator relevante é o crescimento do produto, da receita dos países e, a partir disso, a diversificação da demanda. Esse é um primeiro elemento explicativo que foi provado e testado em diferentes países. Os outros que quero mencionar aqui se relacionam, por um lado, com a assinatura de acordos comerciais entre os países, com os crescentes processos de liberalização e com a vizinhança existente. Todos, como podem apreciar, são fatores relacionados com o processo de integração regional.

Já disse como evoluiu o comércio industrial na região entre os anos 80 e 90, passando de 8 para quase 26%. Além do mais, no Quadro 2 poderão ver a importância desse comércio intra-industrial para cada um dos países. Aqui é possível distinguir claramente três tipos de situações; um é o caso do México, onde a importância do comércio intra-industrial nessas mesmas datas passa de 20 para quase 40%. É um comércio intra-industrial muito estabelecido, muito definido e com níveis muito elevados em relação ao resto da região. Por outro lado, os outros países mais industrializados, como a Argentina e o Brasil, cujo comércio intra-regional para o ano 99 dentro de seu comércio total alcança uma percentagem aproximada de 15%. Finalmente, os países pequenos, com exceção do Uruguai, mostram que o comércio intra-industrial é bastante mais limitado.

Se observamos, além dos níveis e da evolução, quais são as origens e destinos, do ponto de vista geográfico, considerando o conjunto dos países da ALADI, vemos que o comércio intra-industrial está fortemente concentrado. Estados Unidos e Canadá têm a ver com quase 80% do total do comércio intra-industrial da região e, em segundo lugar, o comércio intra-industrial no interior dos países da ALADI, representa somente sobre 15%. Em terceiro lugar, muito longe está a União Européia, que representa aproximadamente 5%. Estas cifras estão obviamente marcadas pela importância e potência do comércio intra-industrial mexicano. De qualquer maneira, se deixamos de lado por um minuto a situação do México, que tem um forte comércio intra-industrial com os Estados Unidos e com o Canadá e, não tão forte, por assim dizer, um fraco comércio intra-industrial com a região, vemos que os principais fluxos bilaterais estão concentrados, onde estão envolvidos a Argentina e o

Brasil, basicamente com seus parceiros do MERCOSUL, entre eles com o Uruguai e a Argentina com o Chile.

Um terceiro elemento que se tenta destacar no estudo é que, embora os países estejam crescentemente envolvidos neste comércio intra-industrial, com as diferenças que tratei de sublinhar, os setores que realizam comércio intra-industrial estão também muito estavelmente definidos e estão, não obstante, muito concentrados, em uns poucos setores. Se trabalhamos em nível de seção da CUCI, da Classificação Uniforme do Comércio Internacional, vemos que os principais setores são maquinarias e equipamentos de transporte, artigos manufaturados diversos, produtos químicos e outros produtos. Isso não nos diz demasiado, por seu nível de agregação. No entanto, esses 4 ou 5 itens representam 90% do comércio intra-industrial dentro da região.

Finalmente, se desagregássemos um pouco a informação veríamos que o comércio intra-industrial está fortemente concentrado em um item, que são os veículos de rodoviários, que concentram quase 16% do total. Isso está seguido por outros itens, como maquinaria geradora de força, fios tecidos e artigos de confecção, entre outros, cuja participação no total, porém é baixa (2 ou 3%). Temos, então, que também há uma importante presença de diferentes setores, mesmo quando exista uma concentração importante em alguns deles.

Desejaria encerrar com algumas conclusões: que na região, assim como nos países industrializados, o comércio intra-industrial se estabeleceu, teve uma crescente presença e, portanto, a experiência que estamos observando e que tratamos de mostrar no documento é consistente com aquela que ocorreu em nível internacional, com o qual a teoria trata de mostrar a mudança nas relações internacionais de comércio, que passam do comércio inter-industrial para o comércio intra-industrial, com uma grande importância deste último.

Entre os fatores que interessa destacar é entender quais são as tendências que explicam este crescente comércio intra-industrial e que dizem respeito a nossa preocupação central, que é a integração. Por outro lado, sublinhando que os custos de transformação resultantes do comércio intra-industrial são bastante menores que os custos que implica um comércio inter-industrial. Isso seria tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Villalobos, por sua muito clara e breve, lamentavelmente, porque um documento desta natureza, que custou tantas horas de trabalho e de máquina, mereça tão breve resumo, mas lamentavelmente o tempo do Comitê é um pouco tirano. Não duvido de que nossas autoridades poderão entender, por exemplo, o Índice de Grubel e Lloyd. Eu, sinceramente, não entendo. Está na página 34, mas estou certo de que as autoridades técnicas de todas as Representações lerão este documento, para depois dar suas opiniões a respeito. Ofereço a palavra para quem tenha algum comentário. O documento foi recentemente distribuído; de qualquer maneira, ofereço a palavra por se desejam fazer alguma pergunta ao Senhor Villalobos. Não tenho dúvidas de que todos o enviaremos a nossos países para as devidas observações. Obrigado por sua apresentação.

5. Apresentação do documento "Análise e recomendações sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI", elaborado pelo Consultor Ricardo Pascale (ALADI/SEC/di 1412)

PRESIDENTE. Temos o ponto quinto da agenda, que é a apresentação do documento "Análise e recomendações sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI". Ofereço a palavra, inicialmente, ao Embaixador Mejía

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO. Obrigado, Senhor Presidente.

Senhores Representantes, para dar cumprimento ao previsto no programa de trabalhos de 2000, atividade 4.1.1.3, a Secretaria-Geral contratou os serviços profissionais do Contador Ricardo Pascale, quem preparou o estudo "Análise e recomendações sobre o convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI", publicado pela Secretaria-Geral em 12 de outubro do ano passado.

O Contador Pascale é formado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade da República, com pós-graduação em Finanças na Universidade da Califórnia. Foi Presidente do Banco Central do Uruguai em duas oportunidades. É Diretor Acadêmico de pós-graduação em Finanças, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, da Universidade da República. É Assessor Econômico e Financeiro de numerosos bancos e empresas industriais e comerciais e foi Assessor do Banco Interamericano de Desenvolvimento, das Nações Unidas, do Banco Mundial e da Organização dos Estados Americanos. Hoje, pela manhã, convidamos o Contador Pascale para que nos informasse sobre os resultados de sua investigação e, fundamentalmente, sobre o alcance das propostas feitas com o propósito de reativar, dinamizar, o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Contador Pascale, Aceitamos qualquer análise com recomendações. Seja bem-vindo, Contador Pascale.

RICARDO PASCALE. Muito obrigado, Senhor Presidente. É uma grande honra estar aqui no Comitê de Representantes para comentar estes aspectos de um tema que tradicionalmente tem sido muito importante para a ALADI. Brevemente irei, em primeiro lugar, às conclusões do trabalho e depois, com muito prazer, se for do interesse dos senhores membros do Comitê, estarei às ordens para qualquer de intercâmbio de opiniões.

O objetivo do trabalho é por que não se usa o Convênio da forma como se usava há 10 anos; esse é o problema. Para abordar esse problema, nestes termos, digamos que o enfoque que nos pediu a Secretaria-Geral e que fomos amoldando foi, em primeiro lugar, repassar os antecedentes da Secretaria e de organismos vinculados. Em segundo lugar, visitar os bancos centrais e, neste processo, foram visitados praticamente todos, com exceção dos bancos centrais em que, lamentavelmente, não estavam presentes as autoridades, mas com as quais nos reunimos na Reunião de Governadores de Bancos Centrais no México. Visitamos a Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Colômbia e Equador, salvo algum país que justamente por problemas de agenda Mas, inclusive nesses países mantivemos conversações e nelas tratamos de falar em três níveis: em nível operacional, que diz respeito à Comissão Assessora, que é um nível muito importante, de grande expertise, nos temas concretos do manejo do Convênio; em nível do que são os Diretores-Gerais da área financeira de cada banco central e, em terceiro lugar, no

nível dos Presidentes dos bancos centrais, ou dos Governadores ou, como no caso da Colômbia, que se denomina Gerente-Geral do Banco da República, porque o tema tem "cruzamentos", não apenas técnicos, mas também de política monetária e política em geral; não somente monetária.

Com base em todos esses elementos e um pouco, eventualmente, com a experiência que podíamos ter, a opinião dos bancos centrais e a opinião de por que caiu o Convênio, diríamos, que são três.

Primeiro, o Convênio nasce quando há uma escassez de divisas. O *leitmotiv* do nascimento do Convênio é quando, nos anos 60, a região apresentava uma escassez de divisas; hoje, o problema não é a escassez de divisas.

Em segundo lugar, havia um problema do sistema financeiro, que funcionava muito diferente; um banco, provavelmente colombiano, não se conhecia com um banco paraguaio. Eram dois bancos privados, não se conheciam se não havia alguém que intermediasse, que podia ser um banco central que apoiasse as operações; essa operação não funcionava. Não quero cansar a este Comitê, que sabe tanto ou muito mais do que eu sobre os processos de globalização e de mudanças dramáticas que estão no documento, que sofreu o sistema financeiro internacional, globalização, meios de intermediação financeira, a invenção das euro-moedas, a nova tecnologia, as crises financeiras, enfim, todos estes temas levaram a que o sistema funcionasse muito diferente. Atualmente temos um banco no Uruguai, na Colômbia, no Equador, no Brasil e em diversas partes. O tema mudou substancialmente; mudou, por um lado, porque não há escassez de divisas; mudou, por outro lado, o cenário onde se desenvolve o assunto.

Em terceiro lugar, muito importante também, existiram no contexto da aplicação do Convênio algumas diferenças entre bancos centrais, derivadas de sua aplicação, com temas que o Convênio traz e não foram ainda solucionados, e foram provavelmente os elementos que catalisaram com mais dinamismo a queda no uso do Convênio.

O tema central nas análises existentes até agora, era de diferentes aspectos do Convênio, mas o que não se tocava era a garantia de reembolso. O Convênio tem três garantias; a garantia de transferibilidade, ou seja, transferir a divisa de um lado para o outro; a garantia de conversibilidade; ou seja, se eu tenho uma conta em dólares, que seja paga em dólares. Estas são garantias, estimados Representantes. Não escapa ao talento de todos os senhores que são relativas; em economia não se é voluntarista; pode existir garantia de transferibilidade ou conversibilidade na medida em que exista possibilidades de transferir ou converter; é uma garantia mais emotiva e conceitual do que real.

A mais complicada é a garantia de reembolso, e por isso sempre foi deixada de lado e nunca foi tocada, nesta particularmente interessante e acolhedora visita que fiz aos bancos centrais, com os quais mantemos relações muito estreitas por diferentes motivos. Eu diria que os bancos centrais formam três grandes grupos; um primeiro, que está contra a garantia de reembolso. Os bancos centrais não devem assumir um risco creditício; os riscos creditícios atualmente devem pertencer ao setor privado. Esse é um grupo muito definido de bancos centrais, que disseram que não deveria existir a garantia de reembolso, mas de fato não existe a garantia de reembolso para alguns dos bancos centrais com os quais falamos, salvo para casos muito específicos; outro grupo estaria, digamos, no extremo oposto; a garantia de

reembolso deveria manter-se em toda sua extensão. E um terceiro grupo, que estaria no meio dos dois, que vê com dificuldades que a garantia de reembolso prospere a longo prazo. E foram manejando a situação com maior prudência no uso de que instrumentos se aprovam ou não para passar pelo Convênio. Diríamos que temos duas posições bem extremas e uma posição intermediária.

Se bem essas são três posições, todos os bancos centrais, unanimemente, são contestes em que não se elimine a garantia de reembolso do Convênio, que permaneça aí, que cada país a utilize na medida que considere conveniente em função de sua política, mas que não seja eliminada. Hoje ou amanhã poderá ser utilizada a garantia de reembolso em uma crise, que não sabemos de que tipo pode ser, e refazer um convênio com uma garantia de reembolso pode levar vários anos e não sei se aprova. Então, todos os bancos centrais foram unânimes no sentido de manter a garantia de reembolso e que nenhum banco central levará a mal que outro banco central a elimine ou que outro banco central a deixe 100% vigente. Essas são, digamos, as conclusões fundamentais dos bancos centrais. Também insistiram muito todos os bancos centrais em que o mundo mudou e que o Convênio deveria ser um pouco atualizado à luz disso, mais que o Convênio, a idéia, a filosofia, começar a conversar, neste novo mundo que pode fazer um Convênio deste tipo. Estas seriam as conclusões das reflexões dos bancos centrais.

Quanto à garantia de reembolso, que era um dos pontos específicos que a Secretaria-Geral me encomendou que analisasse, irei um pouco a minha opinião final, que recolhe, diríamos, praticamente a unanimidade da doutrina. É que o Estado assuma uma garantia creditícia; é um problema não econômico. É um problema absolutamente político, na mais pura, simpática e válida expressão do termo; ou seja, definir que o Estado disponha de tal quantidade de recursos para tal fim. Isso não para outro fim, isso não é uma decisão econômica. A decisão econômica é ver qual pode ser melhor ou pior na análise econômica, mas é definitivo porque um dia se promove em um país determinado setor industrial. Isso porque ocorreu ao Ministro da Economia, ao Presidente da República, enfim à classe política governante, e disse: apoiaremos isto. Portanto, em minha opinião pessoal, muito pessoal, nisto naturalmente não compromete em absoluto a opinião da Secretaria-Geral, mas digo que é a opinião generalizada, não apenas nos organismos internacionais especializados na matéria, senão também em doutrina. Hoje já se pode justificar isto, não por razões econômicas, senão por razões absolutamente políticas. Os órgãos políticos dizem isso e os bancos centrais deveriam fazê-lo assim. Se essa fosse a situação, um gasto público não deveria ser pago por um banco central. Se é gasto nacional, isso deveria ser pago pelo orçamento nacional, ou seja, o que pode resultar de gastos de uma garantia de reembolso, pois o Parlamento, ao fazer uso de destino público, que não é propriedade dos bancos centrais, é propriedade de todos os nacionais de cada país, pois os representantes desses nacionais, que são os casos que estamos habituados a tratar, os Parلامentos definam em seus orçamentos que há uma parcela até tanto para responder contra a garantia de reembolso. Isso deixará os bancos centrais muito mais aliviados, muito menos comprometidos, e muito menos envolvidos com o setor privado, que não é o papel que deveriam ter.

Depois a Secretaria me instruiu para que analisasse a importância de um sistema de pagamentos no comércio e quais seriam seus benefícios. Um primeiro benefício, e isso foi assim, isso é variável, mas foi assim e é inquestionável, aqui também temos conosco 100% da doutrina, reduz os saldos que há que pagar. Outro segundo benefício que pode haver é que reduz comissões ou reduz custos de

convertibilidade, no caso de nosso Convênio, é um pouco mais duvidoso este tema porque há alguns países onde os bancos centrais cobram algo.

Depois o tema mais central, mais acadêmico, é se os pagamentos favorecem o comércio, e a Secretaria me pergunta com muito bom critério, em caso de folga de divisas ou no caso de escassez de divisas, os senhores têm no documento as conclusões. Vou sintetizá-las assim: se há escassez de divisas, é provável que as finanças em determinadas circunstâncias ajudem o comércio, e é o que vimos em alguns países-membros aqui representados, em recentes crises, que são parte dos países que me disseram enfaticamente que querem manter a garantia de reembolso, que foi fundamental para manter o comércio, ou seja, houve crises de liquidez parciais. Estas crises de liquidez não podem ser gerais, se esta crise de liquidez é geral, entramos no que em economia se chama uma "falácia de composição", o que é bom para um não é bom para todos, se todos estão na mesma situação; portanto, em escassez parcial de divisas de algum país, em forma temporária, as finanças podem ajudar o comércio. Isto dos pagamentos, do sistema de pagamentos ou a garantia de reembolso pode facilitar o comércio, em sistemas de folga de divisas. É bastante mais difícil afirmar que isto tenha algum efeito sobre o comércio. Mais ainda, todas as investigações feitas em países desde altamente industrializados como a Comunidade Européia a países da África, regiões ou áreas de integração em sistemas de pagamentos africanos, todas elas são contestes em não demonstrar que tenha um impacto positivo.

Se esta é a situação, mudou o mundo, mudou o papel dos bancos centrais, não temos escassez de divisas. Houve algumas situações ainda não resolvidas entre os bancos centrais, que pesam naturalmente nas decisões que eles têm que tomar, que seriam daqui para frente as recomendações que podemos dar a luz, com toda humildade, e sem pretender com isto ter a verdade, nem nada semelhante; simplesmente apresentando uma idéia mais, nada mais que isso. Primeiro, todos os bancos centrais não querem tocar o Convênio. Neste aspecto, na garantia de reembolso, minha humilde recomendação seria que os bancos centrais têm uma quantidade de problemas muito grandes e se os forçamos para que aceitem a garantia de reembolso é provável que eles se sintam renuentes a aceitar essa recomendação. Estou falando de alguns bancos centrais; outros aceitarão. Por isso disse, quando comecei a falar, que os bancos centrais se dividem em três grandes grupos, portanto, deveria deixar-se o Convênio como está e que cada banco central vá aplicando as normas que considere conveniente, à luz de sua experiência, de sua situação ou de sua política econômica, que são bastantes diferentes em muitos casos. Mas, agora entraremos um pouco mais no miolo da questão.

O sistema de pagamentos, que nasce no ano 65, é uma coisa que havia nascido e era velha em outros lados. Por exemplo, na Europa do pós-guerra foi criada a União Européia de Pagamentos, e é criada com o objetivo de buscar a convertibilidade, cujo organismo que manejava este assunto era o Banco de Pagamentos Internacionais de Basileia, o BIS, que continua estando, não somente continua estando, senão que cresceu e aumentou seus papéis notoriamente. Isto durou do ano 50 até o ano 58, até que se obteve a convertibilidade entre os países europeus, foram adquirindo confiança, pois uma libra era conversível por um franco francês, assim com um florim e se foi separando do tema e mudou o objetivo completamente do BIS. Então, uma das formulações aqui, mas em nível de mera e modesta reflexão, é se não teríamos que estar pensando nos bancos centrais e eles mesmos me disseram mais de uma vez se o tema central da cooperação financeira, já não é neste caso atender o problema de escassez de liquidez em termos gerais, senão qual

é a matéria, segundo meu critério; o tema, modernamente, é a redução dos riscos financeiros.

Ou seja, o primeiro que haveria que definir seria um novo papel, que inclusive poderia, naturalmente, até catapultar a Secretaria-Geral a cumprir um papel enorme em uma nova versão que não importunaria os bancos centrais; longe de importuná-los, eles se sentirão apoiados neste sentido. O ponto central é reduzir os riscos financeiros vinculados com os pagamentos. O segundo ponto seria qual deveria ser a ênfase nova; a ênfase, até agora, esteve nos bancos centrais; isto tem sua história e pertence a outra etapa, quando os bancos centrais ainda não estavam nitidamente distinguidos, cumpriam funções de bancos comerciais, algo misturados, muitos deles e praticamente não lhes diria todos os países que estão representados nesta mesa, mas muitos dos bancos centrais são consequência de um banco estatal comercial que existia, e arrastam por muitos anos as próprias funções ou semelhantes de um banco comercial. Modernamente é notório que todos os bancos centrais, de todos os países que estão representados aqui, em seu Artigo 1º, quando falam das funções, dizem da estabilidade da moeda. A finalidade dos bancos centrais, atualmente é manter a estabilidade da moeda, externa e interna. Para colocá-lo em linguagem bem clara, e os senhores sabem melhor do que eu, que não haja inflação, que não haja instabilidade no tipo de câmbio; esse é o grande propósito dos bancos centrais modernos aqui e em qualquer parte do mundo, cumpre-se mais ou cumpre-se menos, porque os bancos centrais não estão sozinhos na quadra e nossos adversários também jogam.

O importante,, então, deve passar dos bancos centrais para uma ênfase muito mais moderna, onde integrem estes novos sistemas financeiros mais complexos, privados e com o apoio naturalmente da Secretaria-Geral, fazendo as vezes de aríete em tudo isto, que os bancos centrais não têm tempo, nem possibilidades materiais, com todos os problemas que têm, de começar a enfatizar em um sistema que reduza riscos, ou seja, a ênfase tem que sair dos bancos centrais, para ser eles grandes reguladores e grandes impulsores para passar ao setor privado e à Secretaria-Geral. Os papéis de cada um têm que começar a ser diferentes. O papel dos bancos centrais, como digo, é impulsionar isso. O papel do sistema financeiro é cobrir os riscos; desde que se quebrou o sistema de Bretton Woods o mundo se tornou mais arriscado. Estimados Embaixadores, quando aparecem novas doenças trata-se de procurar novas terapias, e assim apareceram todos os instrumentos que hoje estão desenhados e que continuam sendo desenhados dia a dia para atender os riscos creditícios, entre outros. Esses mercados tão especializados são os que há que impulsionar e tratar de armar aqui. A Secretaria-Geral cumpriria um papel muito importante, creio que ademais, em termos dos procedimentos, teria que mudar. Em suma, teríamos que priorizar, no novo tema central qual seria, depois a ênfase seria passar dos bancos centrais para algo mais amplo do setor privado, sendo os bancos centrais os que estimulem as mudanças dos papéis, cada um redefinindo suas funções e os procedimentos nos quais não se pode deixar de fora os avanços que está tendo o Banco de Pagamentos Internacionais, no qual, ao mesmo tempo, estão introduzidos todos os bancos centrais dos países-membros da ALADI, e aos quais estão sujeitos ao mesmo tempo, e que têm documentos especiais. Creio que este caminho, digamos, de manter o Convênio como está e começar a trabalhar com os bancos centrais, é uma nova forma de cooperação financeira mais moderna, mais adaptada a nossas realidades, sem prejudicar nenhum banco central em seus interesses, o que na atualidade poderia ser eventualmente um caminho a transitar. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Contador Pascale. Acho que foi um relatório muito completo, uma excelente exposição e ainda mais suas 17 recomendações que considero como enriquecimento da análise, o que, por certo, relataremos a nossas autoridades. São elementos de juízo que nos serão muito úteis e que esperamos que seja bem recebido por parte de nossas autoridades financeiras. Ofereço a palavra ao Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Muito obrigado, Senhor Presidente. Apenas para agradecer a apresentação do Consultor, que realmente abrangeu muito os temas. Logicamente, é um tema muito complexo, muito técnico. O documento apresentado já o tínhamos enviado a nosso Governo em Brasília para ser examinado pelo Banco Central e, logicamente, a discussão disto se produzirá na Comissão de Assuntos Financeiros e Monetários da Associação. É um tema que a Comissão e o Conselho já estão examinando há anos e que corresponde, como bem disse o Consultor, a mudanças fundamentais nas relações entre nossos Estados e no entorno internacional, ao qual todos pertencemos. Desejaria apenas perguntar à Secretaria, Senhor Presidente, se há alguma data tentativa para a reunião da Comissão de Assuntos Financeiros e Monetários, para nossa informação. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Cedo a palavra à Secretaria para esta consulta.

SECRETÁRIO-GERAL. Estamos consultando os bancos centrais para realizar a reunião no final de março, mas não está definido. Esperamos que seja nessa data.

PRESIDENTE. Obrigado. Por favor, Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Senhor Presidente. Desejaria agradecer os dois relatórios que nos foram apresentados esta manhã. Creio que o relatório muito bem apresentado pelo Senhor Fabio Villalobos servirá, sem dúvida, como insumo. Também a reflexão que este Comitê terá que fazer sobre o papel da ALADI, o futuro da integração, porque, como indica o relatório em suas conclusões, em matéria de comércio intra-industrial existe um claro tema de competitividade e não escapa a nenhum de nós que este é o grande tema em nosso relacionamento como países da ALADI, no âmbito mais amplo da ALCA, por exemplo, e também visto da perspectiva intra-regional é o grande tema. Penso que será um dos grandes temas, na formulação do acordo MERCOSUL - CAN e ao qual o Chile espera somar-se de acordo com o estabelecido na Reunião de Cúpula de Brasília. Penso que aqui há um ponto que nos poderia servir, Senhor Secretário-Geral, para ajudar-nos no debate que deveremos ter internamente.

No que diz respeito ao documento sobre o sistema de pagamentos, o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, eu me adiro às felicitações. Acho que é um documento muito importante, especialmente considerando o que disse o Embaixador do Brasil, que o mundo também mudou. Pode-se também questionar a necessidade em si da existência deste tipo de acordos, considerando que o relacionamento do sistema financeiro é diferente. Não obstante, pensamos preliminarmente que isto constitui um importante âmbito que dá segurança ao sistema, e nesse sentido achamos que as conclusões, ou pelo menos as recomendações preliminares, são muito interessantes de analisar e, portanto, enviaremos o documento a nosso Banco Central e a nosso Ministério da Fazenda. Penso também que este documento e este tema fazem parte da reflexão que teremos que fazer, de acordo com o mandato da Resolução 54 (XI), já que aqui estamos falando concretamente de um instrumento da

ALADI, que hoje tem determinadas características e que haveria então que saber dentro desta arquitetura institucional, ou deste fortalecimento do papel da ALADI, que papel desempenha este instrumento dentro dela. Portanto, creio também que é muito oportuna a apresentação deste documento. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Estou certo de que todo o Comitê agradece ao Senhor Pascale sua apresentação e o conteúdo de seu estudo. Isso é precisamente o que a ALADI tem que apresentar-nos para a consideração de nossas autoridades. Não sei se o Secretário-Geral Adjunto deseja acrescentar algo mais para finalizar este tema.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO. Unicamente para agradecer e informar aos Senhores Representantes que este estudo foi realizado graças à cooperação que nos deu o Banco Latino-Americano de Exportações (BLANDEX).

PRESIDENTE. Muito obrigado, Contador Pascale, por sua apresentação.

6. Assuntos diversos.

PRESIDENTE. Prosseguimos com a agenda. E para finalizar, ofereço a palavra ao Secretário-Geral e depois aos que desejarem propor algum ponto adicional.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Para deixar registrado neste Comitê de Representantes que, em cumprimento do acordo a que oportunamente chegou este Comitê no mês de novembro passado, a Secretaria-Geral distribuirá no dia 16 de fevereiro o documento de base para iniciar as discussões relativas à Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros, aprovada em agosto do ano passado.

Outrossim, Senhor Presidente, a Secretaria-Geral colaborará com a Mesa Diretiva do Comitê de Representantes com o propósito de elaborar o temário, bem como contribuir para a seleção dos consultores correspondentes com o propósito de tornar viável o conjunto de trabalhos que deverão ser realizados em cumprimento dessa resolução do Conselho. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Rojas. Ofereço a palavra ao Senhor Embaixador do Equador.

Representação do EQUADOR (Julio Prado Espinosa). Obrigado, Senhor Presidente. Simplesmente para ver se é possível que esse documento que será distribuído a partir do dia 16/02, poderia ser também enviado por correio eletrônico às Embaixadas, já que é muito útil tê-lo e para ser enviado às capitais.

PRESIDENTE. Senhor Representante, Vossa Senhoria está no século XXI. Pois bem, irá mais rápido por seu correio eletrônico. Aceitamos suas sugestões de vê-lo em correio e depois em branco e preto.

Creio que foi uma manhã frutífera.

Encerra-se a sessão.
